

Novos fatos da investigação do Master agravam crise política

Valter Campanato/Agência Brasil

Documentos mostram como Vorcaro mantinha amigos com viagens, hotéis de luxo e mesadas

Por Beatriz Matos

As ligações de Daniel Vorcaro com o mundo político estão cada vez mais expostas. O que no início parecia uma investigação restrita à gestão do Banco Master e a supostas irregularidades financeiras de compra e venda do Banco de Brasília (BRB), agora alcança alguns dos principais centros de poder de Brasília.

A cada nova leva de documentos retirada do sigilo, surgem registros de viagens, hospedagens, transferências, mensagens e relações pessoais que ajudam a desenhar um quadro mais amplo da influência construída pelo ex-banqueiro junto a parlamentares e autoridades.

Nos últimos dias, a crise ganhou novos capítulos. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu que teve despesas pagas em uma viagem a Lisboa. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ocupou a tribuna para negar denúncias envolvendo uma suposta transferência milionária atribuída a Vorcaro. No Supremo Tribunal Federal (STF), ministros protagonizaram um embate público sobre a condução das investigações. E, mais uma vez, documentos da Polícia Federal (PF) colocaram o senador Ciro Nogueira (PP-PI) no centro das suspeitas.

O resultado é que o caso Master deixou de ser apenas uma investigação financeira. Tornou-se um problema político que já alcança Congresso, Judiciário e o debate eleitoral de 2026.

“Emenda Master”

Entre os documentos divulgados nesta semana, os que mais chamaram atenção foram os relacionados à relação entre Vorcaro e Ciro Nogueira.

Em representação encaminhada ao STF, a Polícia Federal sustenta que a proximidade entre os dois ultrapassava a esfera pessoal e se transformou em uma relação baseada na troca de interesses. Os investigadores afirmam que havia uma atuação parlamentar alinhada a interesses do empresário acompanhada do recebimento de vantagens indevidas.



André Mendonça liberou acesso a nova leva de documentos

A PF cita, por exemplo, a chamada “Emenda Master”, apresentada por Ciro durante a tramitação da PEC 65. Segundo os investigadores, o texto teria sido produzido dentro da estrutura do banco e entregue praticamente pronto ao senador. Conversas obtidas pela investigação mostram Vorcaro acompanhando a redação da proposta e comemorando sua apresentação ao Senado.

A medida previa ampliar de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Em mensagens apreendidas, integrantes do próprio grupo afirmam que a mudança poderia multiplicar os negócios do Master.

Mas os documentos vão além da atuação legislativa. A PF aponta que uma empresa ligada ao senador adquiriu participação societária avaliada em aproximadamente R\$ 13 milhões por apenas R\$ 1 milhão. Para os investigadores, o negócio representa um deságio incompatível com os valores de mercado.

Também aparecem registros de pagamentos periódicos de R\$ 300 mil associados a empresas vinculadas ao grupo de Vorcaro e a uma empresa relacionada a Ciro. Em conversas analisadas pela PF, há questionamentos sobre a continuidade desses repasses e referências diretas à parceria entre as empresas.

Hotéis e viagens

As vantagens, porém, não teriam se limitado a negócios. Documentos anexados aos autos mostram que despesas de hospedagem de Ciro Nogueira e do ex-ministro das Comunicações Fábio Faria foram quitadas por meio de uma



Alcolumbre foi à tribuna para se defender

operação financeira registrada pelo luxuoso hotel Park Hyatt New York, em maio de 2024. Os registros apontam créditos de aproximadamente US\$ 35,9 mil para a estadia do senador e cerca de US\$ 33 mil para Fábio Faria, ambos vinculados a um pagamento global superior a US\$ 156 mil relacionado à hospedagem de Vorcaro.

Os autos também mencionam viagens para Lisboa, Paris, Alpes Franceses e Nova York. Em uma das representações, investigadores afirmam que a relação entre os dois era considerada estratégica para os interesses do grupo.

A Federação PSOL-Rede protocolou uma representação no Conselho de Ética do Senado pedindo a cassação do mandato do parlamentar. No documento, os partidos afirmam que os fatos atribuídos ao senador não configuram apenas um desvio individual de conduta, mas uma possível utilização do mandato para favorecer interesses privados. A representação cita os relatórios

da Polícia Federal que apontam pagamentos periódicos vinculados a empresas relacionadas ao grupo de Daniel Vorcaro e sustenta que as suspeitas são incompatíveis com o exercício do cargo de senador.

Procurado pela reportagem, Ciro Nogueira não retornou aos questionamentos.

Alcolumbre e Motta

Na terça-feira (16), Hugo Motta foi cercado por jornalistas ao chegar à Câmara. Questionado sobre informações de que teria tido hospedagem paga por Vorcaro durante uma viagem a Lisboa em 2024, o deputado não negou a informação, mas evitou dar detalhes.

“Eu tenho muita tranquilidade com relação a isso. Ele pagou efetivamente? Não vejo o problema, era um evento corporativo, um encontro jurídico”, afirmou. Motta também declarou que as investigações devem seguir e disse confiar que sua atuação será considerada regular pelos órgãos responsáveis.

No Senado, o foco da crise foi outro. Na última semana, a revista Veja publicou reportagem afirmando que Vorcaro teria relatado o repasse de US\$ 30 milhões para uma conta mantida no exterior e que o beneficiário seria Davi Alcolumbre. O valor corresponde hoje a cerca de R\$ 153 milhões.

Na terça-feira, Alcolumbre ocupou a tribuna para negar as acusações e afirmar que jamais recebeu qualquer quantia atribuída ao empresário. A mobilização foi interpretada nos bastidores como uma tentativa de evitar que o desgaste político atingisse diretamente a lide-

rança do Senado em meio ao avanço das investigações.

Para Murilo Borsio Bataglia, pró-reitor de Internacionalização e professor de Direito Internacional da Estácio Brasília, esse tipo de reação mostra que o caso já produz efeitos institucionais. “Uma investigação produz efeitos sistêmicos quando deixa de atingir apenas condutas individuais e passa a envolver agentes com capacidade de influenciar decisões estatais relevantes.”

Segundo ele, quando as suspeitas alcançam integrantes dos Poderes da República, entram em jogo a confiança pública e a própria legitimidade das instituições.

“Lava Jato”

Durante julgamento para manutenção da prisão do pai e do primo de Vorcaro, Henrique e Felipe Vorcaro, na Segunda Turma, o ministro do STF Gilmar Mendes fez críticas à condução de parte das investigações e afirmou enxergar semelhanças com práticas que foram questionadas anos depois da Operação Lava Jato.

O ministro demonstrou preocupação com referências feitas em relatórios policiais a estratégias de defesa e comunicações envolvendo advogados. Para ele, mesmo investigados por fatos graves continuam protegidos por garantias constitucionais fundamentais. Ao defender cautela na condução dos procedimentos, Gilmar afirmou que o Supremo também julga para a história.

As declarações provocaram reação imediata do relator do caso, André Mendonça. Sem citar diretamente o colega, Mendonça rejeitou qualquer comparação com a Lava Jato e afirmou que o caso Master possui características que vão muito além dos tradicionais crimes financeiros.

Segundo o ministro, a investigação revela elementos de organização criminosa com capacidade de infiltração institucional, influência política e métodos que se aproximam de estruturas mafiosas.

A divergência entre os dois ministros expôs uma disputa que ultrapassa o mérito das prisões analisadas e alcança a própria forma como a investigação deve ser conduzida.

Para Murilo Borsio, o episódio revela um ambiente de elevada tensão institucional. “Essas manifestações demonstram um ambiente de elevada sensibilidade institucional e disputa de narrativas.” O especialista afirma que, de um lado, existe a preocupação em preservar a estabilidade das instituições e garantir o devido processo legal. De outro, cresce a pressão para que os fatos sejam apurados diante da dimensão que o caso alcançou.